



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES

Assunto: **declaração de hipossuficiência econômica e requerimento de isenção de taxas**

Destino: **URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES**

Processo: **08286.000182/2024-57**

Interessados: **YUSMARIS DEL VALLE GARCIA BELLO**

**ARNALDO JOSE TALAVERA CEDENO**

**ROSMARI MADAI VELASQUEZ GARCIA**

**YELFRI JOSE VELASQUEZ GARCIA**

1. Trata-se de requerimento de isenção das taxas para autorização de residência e para emissão de Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) no valor de R\$ 204,77 (duzentos e quatro reais e setenta e sete centavos) e R\$ 168,13 (cento e sessenta e oito reais e treze centavos) efetuados por YUSMARIS DEL VALLE GARCIA BELLO, natural da Venezuela, CRNM nº F548390-1, ARNALDO JOSE TALAVERA CEDENO, natural da Venezuela, CRNM nº F548371-5, ROSMARI MADAI VELASQUEZ GARCIA, natural da Venezuela, CRNM nº F548405-E, e YELFRI JOSE VELASQUEZ GARCIA, natural da Venezuela, CRNM nº F548397-0.
2. Os requerentes se declaram na condição de hipossuficiência econômica em razão de possuírem perfil de renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar total de até 03 (três) salários mínimos. A estrangeira YUSMARIS DEL VALLE GARCIA BELLO, responsável financeiro da família, apresentou contracheque no qual consta que recebe salário base de R\$ 1.412,00 mensais.
3. A Lei de Migração prevê que não sejam cobradas taxas para o fim de regularização migratória e multas decorrentes de infrações e penalidades administrativas quando o migrante se declara em condição de hipossuficiência econômica, nos termos dos artigos 4º, inciso XII, e 113, § 3º da Lei nº 13.445/2017, bem como da Portaria nº 218/2018, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que regulamenta o artigo 312, §§ 7º e 8º do Decreto nº 9.199/2017.
4. Os argumentos e documentos apresentados são suficientes para atestar que o pagamento da taxa mencionada implicará em dificuldade de subsistência, inviabilizando a regularização migratória.
5. Ademais, a declaração de hipossuficiência possui presunção de veracidade, conforme artigo 3º da Portaria nº 218/2018.
6. Desse modo, defiro o pedido de isenção das taxas em decorrência da hipossuficiência dos requerentes.
7. À URE/DELEMIG/DREX/SR/PF/ES para atualizar os sistemas e dar ciência aos interessados.
8. Após, archive-se.

**RAMON ALMEIDA DA SILVA**  
Delegado de Polícia Federal  
CH/DELEMIG/SR/PF/ES.



Documento assinado eletronicamente por **RAMON ALMEIDA DA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 06/03/2024, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34229323&crc=21D8A3CC)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=34229323&crc=21D8A3CC](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34229323&crc=21D8A3CC).

Código verificador: **34229323** e Código CRC: **21D8A3CC**.

---

Referência: Processo nº 08286.000182/2024-57

SEI nº 34229323